

Humor e liberdade de imprensa em *O Mequetrefe*¹*Humor and freedom of the press in O Mequetrefe**João Paulo Capelotti*²*Judá Leão Lobo*³**Resumo**

O humor é uma forma eficaz de criticar governo e governantes, e a tolerância dos chefes de estado com a sátira política é um termômetro apurado para se medir a real liberdade desfrutada no espaço público. Partindo dessas premissas, o artigo analisa charges e textos humorísticos veiculados em periódico satírico do Rio de Janeiro, a fim de comparar as reações por eles provocadas nos regimes monárquico e republicano no Brasil de fins do século XIX.

Palavras-chave: liberdade de imprensa; sátira; tolerância.

Abstract

Humor is an effective way of criticizing either representatives or government, and tolerance of the chiefs of state towards political satire is an accurate thermometer to measure the real freedom to which the public sphere is entitled. Departing from these premises, the article analyses cartoons and humoristic texts published in a satirical magazine from Rio de Janeiro, in order to compare the reactions triggered by them in the Brazilian Monarchy and Republic during the late 19th century.

Keywords: freedom of the press; satire; tolerance.

INTRODUÇÃO

Durante o período colonial, decretos régios proibiam, no Brasil, não só a instalação de universidades, mas também de gráficas. Consequentemente, dificultavam sobremaneira

¹ Artigo recebido em 18/06/2014 e aceito em 02/09/2014.

² Doutorando e mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), instituição em que integra o Núcleo de Direito Privado Comparado. Membro da *International Society for Humor Studies* (ISHS). Advogado. E-mail: joao.capelotti@gmail.com.

³ Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, em que integra o núcleo História, Direito e Subjetividade. Bolsista da CAPES. Membro do Instituto Brasileiro de História do Direito (IBHD). Membro eleito do Centro de Estudos Jurídicos do PPGD/UFPR (CEJUR), gestão 2013/2014. Editor-executivo da Revista da Faculdade de Direito UFPR. E-mail: juda.leao@ufpr.br.

o acesso da população a livros e jornais⁴. A dificuldade de circulação de ideias em escala nacional⁵ – que, se não impediu, ao menos atrasou o projeto de Independência – foi em parte superada com a transferência da Família Real para a colônia em 1808.

Em 13 de maio do mesmo ano foi criada a Imprensa Régia, a princípio autorizada a imprimir apenas papéis diplomáticos e legislação, mas à qual logo foi permitida a publicação de outros títulos e assuntos⁶. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, nosso primeiro periódico⁷, começou a circular em 10 de setembro de 1808, estando sujeita a censura prévia⁸, que vigorou até 28 de agosto de 1821. Com seu fim, surgiram no Rio de Janeiro diversos jornais de vida curta⁹, mas de significativa importância política para o processo de independência em marcha¹⁰. Pouco depois, por meio de Portaria baixada em 19 de janeiro de 1822, José

⁴ Nesse período, tipografias eram de propriedade exclusiva da metrópole. Havia concessões de uso em caráter de privilégio, mas “ninguém podia imprimir, distribuir, divulgar um impresso, fosse ele qual fosse, sem a autorização prévia do poder central” (FREITAS NOBRE. *Lei da informação*, 1968. p. 1-2). A imprensa surgindo de modo isolado em alguns pontos da colônia era logo suprimida por ordem do governo português (MIRANDA, Darcy de Arruda. *Dos abusos da liberdade de imprensa*, 1959. p. 8).

⁵ Inserindo a colônia luso-americana nas malhas constitucionais do antigo regime português, marcado por descentralização e municipalidade, temos de fazer concessão a instituições comunicativas adaptadas à realidade local, em que a grande maioria das questões envolvendo a comunidade política era jurisdição do conselho camarário. Conforme Machado de Assis, “Naquele tempo, Itaguaí, que como as demais vilas, arraiais e povoações da colônia, não dispunha de imprensa, tinha dois modos de divulgar uma notícia: ou por meio de cartazes manuscritos e pregados na porta da Câmara [municipal] e da [igreja] matriz; - ou por meio de matraca. Eis em que consistia este segundo uso: contratava-se um homem, por um ou mais dias, para andar as ruas do povoado, com uma matraca na mão. De quanto em quanto tocava a matraca, reunia-se gente, e ele anunciava o que lhe incumbiam, - um remédio para sezões, umas terras lavradas, um soneto, um donativo eclesiástico, a melhor tesoura da vila, o mais belo discurso do ano, etc. O sistema tinha inconvenientes para a paz pública; mas era conservado pela grande energia de divulgação que possuía.” (MACHADO DE ASSIS. *O alienista*. 2. ed. São Paulo: Núcleo, 2010. p. 26).

⁶ MARTINO, Agnaldo; SAPATERRA, Ana Paula. A censura no Brasil do século XVI ao século XIX. *Estudos linguísticos*, n. 25, p. 238, 2006.

⁷ MIRANDA, op. cit., p. 8.

⁸ “A censura no período Joanino procedia da seguinte forma: pequenos e grandes volumes de livros ficavam retidos na alfândega à espera de licença. O interessado enviava à Mesa do Desembargo do Paço uma listagem dos livros que desejava que fossem liberados. O escrivão da Câmara enviava as listas aos censores régios, que davam seus pareceres. Se favoráveis, eram liberadas; se proibidas ou suspeitas, eram negadas as licenças. Não se sabe o que se fazia com elas. No caso de haver alguma dúvida quanto à liberação, solicitava-se que outro censor fizesse uma nova avaliação, ou então o livro era enviado à Mesa para novas leituras. E, por fim, cabia ao Rei liberá-la ou não. Nota-se que o processo era lento e falho. As normas não eram claras e as listas, desorganizadas.” (MARTINO; SAPATERRA, op. cit., p. 238).

⁹ “Entre esses jornais se incluíam: o ‘*Malagueta*’, dirigido por Luiz A. May; o ‘*Regulador Brasileiro*’, de Frei Sampaio, fundado a expensas da Maçonaria; o ‘*Espelho*’, de Ferreira Guimarães; e o ‘*Revérbero Constitucional Fluminense*’, de Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo; e, ainda, o ‘*Correio do Rio de Janeiro*’, do português José Soares Lisboa, que foi expulso do Brasil por determinação de José Bonifácio, num momento de explosão temperamental” (MIRANDA, op. cit., p. 8-9).

¹⁰ Segundo Tássia Toffoli Nunes, a importância da imprensa como “veiculadora dos projetos de emancipação do Brasil e peça-chave na disseminação e aceitação dessas ideias é praticamente incontestável para a historiografia, tanto em produções mais recentes quanto antigas” (NUNES, Tássia Toffoli. *Liberdade de*

Bonifácio de Andrada e Silva, então Ministro do Reino e de Estrangeiros, determinou que não se embaraçasse a impressão de escritos anônimos¹¹, garantindo, porém, a responsabilização do autor, ainda que seu nome não tivesse sido publicado, e, na falta deste, do editor ou impressor¹². Em 22 de novembro de 1823, foi publicada a primeira Lei de Imprensa, mais tarde incorporada pelo Código Criminal de 1830, que regulamentou os crimes de imprensa como comuns até a edição do Código Criminal da República, em 1890¹³.

A Constituição de 1824, outorgada após a Independência, assegurava expressamente a liberdade de expressão e de imprensa¹⁴. Porém, o exercício concreto dessa garantia sofreria os desmandos de D. Pedro I¹⁵, devidos talvez a contexto político-constitucional instável. Durante o turbulento período regencial¹⁶, aponta-se ter havido maior liberdade de imprensa, ainda que tenham sido registradas prisões de redatores e periódicos tenham saído de circulação. A fim de superar as inquietações da Regência, D. Pedro II assumiu o trono pelo *Golpe da Maioridade*¹⁷. Assim iniciado o Segundo Reinado, interessa ressaltar o fato de haver sido marcado pelo respeito à Constituição e por tendências liberais¹⁸.

Segundo a Constituição, por exemplo, o Imperador era chefe do executivo e nomeava livremente os ministros. Com a introdução de características parlamentares no sistema constitucional pelo Decreto n. 523, de 20 de julho de 1847, foram admitidos na cena pública o conselho de ministros e seu presidente, nomeado livremente pela Coroa para, em seguida, distribuir os ministérios. Ou seja, houve redução das atribuições do Poder

imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840). Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 40). Cf., a respeito da liberdade de imprensa no período, a obra citada, especialmente o Capítulo 2 (p. 35 e seguintes).

¹¹ O próprio José Bonifácio, porém, irritava-se e perseguia jornalistas que o criticavam, especialmente Gonçalves Ledo, que acabou exilado (Id., *ibid.*, p. 48-49).

¹² MIRANDA, op. cit., p. 9.

¹³ Id., *ibid.*, p. 11.

¹⁴ “Art. 179, 5º. Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar”.

¹⁵ Embora ocorrido em 1823, antes da outorga da Constituição, um episódio parece bastante eloquente a respeito da mentalidade com relação à oposição feita por alguns veículos de comunicação. O jornalista Luiz Augusto May, do periódico *A Malagueta*, foi atacado em casa por homens armados com paus e espadas. Embora José Bonifácio tenha sido acusado de ser o mandante do atentado, e de ter circulado na época uma versão de que o próprio imperador teria estado presente, ou teria sido o verdadeiro mandante, nunca se soube quem de fato estava por trás da agressão (NUNES, op. cit., p. 56).

¹⁶ Cf. Id., *ibid.*, p. 103-104.

¹⁷ *A declaração da maioria de sua Magestade Imperial o Sr. D. Pedro II, 1840*.

¹⁸ CARVALHO, *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*, 1996.

Moderador em favor do executivo, tornando mais liberal o equilíbrio constitucional brasileiro, o que sugere não ser verdadeiro o mito do quarto poder centralizador e despótico. Embora a massa de analfabetos, a desigualdade social, a restrição da cidadania e a permanência da escravidão sejam fatores a mencionar em qualquer estudo sobre o período monárquico, tais características não desmentem o perfil liberal da Monarquia Constitucional brasileira. Nesse momento histórico, liberalismo não era sinônimo de democracia ou justiça social, temas a se consolidarem com clareza no panorama constitucional apenas no século XX.

Durante o Segundo Reinado, a garantia de liberdade de imprensa pareceu receber maior proteção do que nas conjunturas antecedentes. Na verdade, certamente mais que nos primeiros anos da República e que em diversos governos autoritários ao longo do século XX. Para fundamentar tal argumento, antes de qualquer opinião interessada, invoca-se a crítica do periódico paranaense *A Republica*, segundo a qual “Collocar sob o manto da liberdade essa faculdade que nós temos de injuriar os outros sem soffrermos as penas da lei, é fazer uma injuria á propria liberdade. A liberdade suppõe sempre a responsabilidade; de outra forma não é liberdade é licença” (grifamos)¹⁹. Ao entregarem-se à crença republicana na evolução natural da sociedade, rejeitavam a ampla liberdade de que faziam uso cotidianamente, emitindo discursos em franca contradição com suas possibilidades práticas de contestação.

Assim, de um lado, embora poucos pudessem ler e ainda menos pudessem ter suas opiniões estampadas em jornais e revistas, parece salutar o posicionamento de D. Pedro II, em particular, e das instituições, em geral, afastando do espaço público a censura prévia e a intervenção no funcionamento da imprensa. De outro, a formação da opinião pública como instituição fundamental à ordem constitucional, verdadeiro tribunal dos atos políticos e administrativos, meio de publicidade e discussão por excelência, a tornaria quase irresistível com o passar dos anos. A liberdade de exprimir todas as opiniões, assim, não deve ser atribuída unilateralmente à benevolência da Coroa, ou ao caráter moderado do monarca. Embora tais elementos fossem importantes a sua conformação, a imprensa, encarnando a

¹⁹ *A Republica*, Curityba, p. 1, 14 jul. de 1888.

opinião pública, tornou-se instituição imprescindível à esfera político-constitucional²⁰, de forma a elevar os custos simbólicos da intervenção direta e fazendo do debate público o meio mais eficaz de combater a oposição, fosse monárquica ou republicana.

Bom termômetro dessa liberdade são as charges publicadas em *O Mequetrefe*, periódico circulante no Rio de Janeiro entre 1875 e 1893²¹. Foi uma entre tantas revistas ilustradas com que a introdução da técnica litográfica ornou as páginas de nossa história política e cultural. Como bem delineado em um de seus editoriais, o carro-chefe do periódico eram as charges e os textos cômicos comentando aspectos da vida política do país:

(...) E em poucas palavras podemos resumir o nosso programa. Periodico essencialmente caricaturista, procurará sempre o *Mequetrefe* tomar nos acontecimentos a nota comica que vá despertar a hilaridade. Em todo caso, será sempre alheio á politica, e aos grupos em que ella se devida. Não quer isto dizer que fuçamos a encarar o assumpto politico, a pretexto de escabroso. Em vez, porém, de apreciarmos os factos em suas generalidades e os individuos em suas particularidades, procuraremos sempre apanhar o ridiculo nos acontecimentos e a caricatura nas inividualidades²².

Criticava o regime monárquico desde os primeiros números e tinha posicionamento marcadamente republicano, colocando diversas vezes em sua capa o retrato de algum proeminente entusiasta da causa que ganhara vigor após o Manifesto Republicano de 1870 e a formação partidária da nova fração política nos anos subsequentes. Não era o único, por certo. Especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo (talvez graças à Faculdade de Direito),

²⁰ Nesse sentido, LOBO, Judá Leão; PEREIRA, Luís Fernando Lopes. A imprensa do Segundo Reinado no processo político-constitucional: força moral e opinião pública. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, vol. 59, n. 1, jan./abr. 2014, p. 179-206.

²¹ “O primeiro número do periódico *O Mequetrefe* foi lançado em janeiro de 1875. O jornal foi uma iniciativa de Pedro Lima e Eduardo Joaquim Correa; este se tornou o único proprietário do jornal em 1879 e se manteria nessa condição até sua morte, em maio de 1891; a viúva assumiu os negócios do marido, colocando seu cunhado, José Joaquim Correa, no comando do jornal. Suas atividades somente se encerrariam em janeiro de 1893. Ao longo dos anos de sua circulação o periódico contou com um número variado de colaboradores, como Olavo Bilac, Artur Azevedo, Henrique Lopes de Mendonça, Lúcio de Mendonça, Raimundo Correia, Filinto de Almeida e Lins de Albuquerque, este exercendo o cargo de diretor por um determinado tempo. Entre os caricaturistas, passaram pelo periódico Candido de Faria, Antonio Alves do Vale, Joseph Mill, Aluisio Azevedo, que mais tarde abandonaria os desenhos para se dedicar à literatura, e Antonio Bernardes Pereira Netto” (LOPES, Aristeu Elisandro Machado. O dia de amanhã: A República nas páginas do periódico ilustrado *O Mequetrefe*, 1875-1889. *História*, São Paulo, v.30, n. 2, p. 240, ago./dez. 2011)

²² *O Mequetrefe*, Rio de Janeiro, edição 544, p. 2, abr.1892. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1892_00544.pdf.

floresciam inúmeros jornais de orientação pró-república, merecendo análises eruditas de diversos historiadores²³.

Optamos, contudo, por delimitar o tema deste estudo à análise do periódico intitulado *O Mequetrefe*, sem perder de vista o quadro mais amplo retratado por outros pesquisadores a partir de perspectivas distintas e do uso de fontes primárias auxiliares, como a folha paranaense *A Republica*. A escolha se justifica tanto pelo enfoque empírico adotado (resultando em coleta de evidências históricas) quanto pelo interesse em esquadrihar um periódico relativamente longo, cobrindo especialmente os últimos anos da Monarquia e os primeiros da República. Essa longevidade nos permite justapor posturas editoriais em conjunturas distintas, destacando suas permanências e discontinuidades. *O Mequetrefe*, além disso, não tem sido tão estudado como outros periódicos da época, de maior fama – entre os quais se destaca a *Revista Ilustrada* –, lacuna que este trabalho pretende modestamente ajudar a preencher.

A fim de atingir esses objetivos, num primeiro momento, procuramos traçar breve panorama do cenário em que *O Mequetrefe* se inseria, buscando contextualizar a liberdade de imprensa no ambiente de relativo respeito às liberdades individuais clássicas. Num segundo momento, buscamos apreender a atuação do periódico no espaço público, especialmente em sua veia humorística atacando a Monarquia Constitucional, satirizando a figura pública (e privada) do imperador, dando publicidade a Repúblicas imaginárias. Por fim, a terceira seção discorre sobre a atuação do jornal no início do novo regime, com o intento de compará-la ao conteúdo veiculado durante o antigo, possibilitando-nos, por meio de indícios históricos, captar sensibilidades jurídicas distintas em relação à amplitude da opinião pública.

Este estudo não se pretende exaustivo, considerando que a revista teve mais de 500 edições e que, ante nossa modesta pretensão, uma seleção teve de ser feita (pareceu-nos mais relevante ao tema a análise de alguns exemplares de *O Mequetrefe*, sobretudo aqueles representando períodos de maior crise política, embora todos estejam disponíveis

²³ Recomendam-se, entre outros: SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*, 2002, p. 57-59; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, 2010, p. 416-425.

no *site* da Fundação Biblioteca Nacional²⁴). No entanto, centrando-se no período da transição de regimes, ele busca traçar um panorama do humor como modo de exprimir ideários e crítica política. Não parece exagero afirmar que a circulação de imaginários republicanos na imprensa, garantida pela ordem constitucional monárquica, teve papel razoável na queda desta. Ironicamente, essa larga liberdade sofreu consideráveis restrições nos primeiros anos de um regime supostamente mais democrático e emancipador, proclamado em nome do povo por elites descontentes associadas ao exército.

1. O reinado de Pedro II e as liberdades públicas

Costuma-se apontar o reinado de D. Pedro II como período em que se consolidou o processo de organização do Estado brasileiro, solidificando-se uma *ordem constitucional* marcada por estabilidade e progressiva liberalização. Embora não se possam perder de vista as ressalvas feitas na introdução – da concentração de renda à escravidão, passando pelo analfabetismo e pela restrição da cidadania ativa – as liberdades públicas estavam razoavelmente asseguradas, em escala maior do que permitiria imaginar uma visão evolucionista da história como marcha inevitável rumo ao progresso.

Com relação ao direito de petição²⁵, por exemplo, pesquisa em arquivos da Câmara dos Deputados encontrou 1.186 petições recebidas pelo Legislativo entre as décadas de 1840 e 1850²⁶ –sem considerar o exercício de tal direito junto às Assembleias Provinciais e Câmaras Municipais, casas legislativas voltadas aos interesses da região e do local, respectivamente. Tal mecanismo era utilizado por comerciantes, médicos, advogados, manufactureiros, autoridades locais, padres, proprietários de terra, votantes, eleitores, entre outros, a fim de estabelecer relação direta com a elite política que moldava as instituições do Império. As petições indicam a considerável organização de setores da sociedade brasileira em torno de tópicos relevantes da época, como a reforma eleitoral, a aprovação do Código Comercial e a reforma judiciária²⁷. Mais que simples reclamos formais, tinham relevância no debate parlamentar, na medida em que eram lidas em plenário com o intento

²⁴ Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/mequetrefe/709670>. Grande parte dos exemplares foi acessada entre os dias 1º agosto e 30 de outubro de 2013. Na transcrição dos trechos do jornal, optou-se por preservar exatamente a grafia ali utilizada.

²⁵ Previsto no art. 179, alínea 30, da Constituição de 1824: “todo cidadão poderá apresentar por escrito ao Poder Legislativo e ao Executivo reclamações, queixas ou petições”.

²⁶ SABA, Roberto Nicolas Puzzo Ferreira. *As vozes da nação: a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 11.

²⁷ Id., *ibid.*, p. 5.

de causar comoção (objetivo não raro atingido), tornando-se verdadeiras armas dos deputados em prol das causas que defendiam²⁸. De acordo com Roberto Nicolas Puzzo Ferreira Saba, autor da pesquisa referenciada,

Os resultados das novas pesquisas apontam para a existência de um sistema político complexo no Império; sistema este que transcendia a vontade de um monarca ou de uma elite política homogênea. A existência de eleições periódicas e disputadas, de debates parlamentares acalorados e de projetos dissonantes em meio à elite nacional; a organização de partidos políticos, de grupos de pressão e de uma opinião pública; as rupturas e os alinhamentos entre posições políticas dentro e fora da arena parlamentar. O combate aos desvios da norma (fraude, corrupção etc.) e o apego à legalidade e às instituições; a circulação das ideias políticas por meio de uma imprensa militante; e outros muitos fatores demonstram que as disputas políticas no Brasil oitocentista iam muito além de uma simples fachada para um regime de cunho antiliberal. *A linha de estudos acima referida mostra que no Império brasileiro havia um regime que funcionava, em grande medida, de acordo com os preceitos da representação política elaborados na virada do século XVIII para o XIX em países como Inglaterra, Estados Unidos e França*²⁹. (Grifamos).

Por um lado, a garantia formal de tais liberdades públicas era devida ao ideário das grandes revoluções de fins do século XVIII, e de sua repercussão nas Constituições e Cartas Políticas vindo a lume nos anos seguintes (embora tais documentos constitutivos fossem, ao mesmo tempo, uma reação aos exageros revolucionários – daí a ideia de que o constitucionalismo prestava-se a limitar os excessos democráticos estabelecendo a *ordem constitucional*³⁰). Por outro, seu exercício efetivo e relativamente amplo decorria da ambiência de estabilidade e gradual consolidação das instituições estatais ao longo do Segundo Reinado. As grandes ideias, com efeito, não permaneciam e nem permanecem em estado etéreo, encarnando-se em realidades contextuais distintas, possibilitando a diversidade de experiências jurídicas concretas, cada qual adaptada a determinado substrato complexo em que inúmeros fatores são decisivos na arte final.

²⁸ Id., *ibid.*, p. 11.

²⁹ Id., *ibid.*, p. 10.

³⁰ GUIZOT, *De la démocratie en France*, 1849; URUGUAI, *Ensaio sobre direito administrativo*. In: *Visconde do Uruguai*, 2002.

Quanto ao ideário, teóricos de destaque internacional, como Benjamin Constant e François Guizot³¹, ambos representando a Restauração em França, entre tantos outros, ressaltavam a necessidade de proteção aos direitos individuais, especialmente à liberdade de imprensa³², cujo exercício seria fundamental ao bom desdobramento do processo político (por meio do qual os citados direitos seriam assegurados), garantindo-lhe a formação de esfera pública vigilante e crítica, especialmente na presença de oposição. Reverberavam na teoria do direito constitucional preocupações liberais no sentido de mitigar, no espaço público, a possibilidade de decisões unilaterais ou secretas, fazendo com que mecanismos de formação e expressão da opinião pública fossem implementados “em todos os governos onde se pretendeu a construção de governos constitucionais representativos”³³.

Analisando os discursos sobre liberdade de imprensa nos dois lados do Atlântico, Tassia Toffoli Nunes sumariza neles duas funções precípuas: (i) a da imprensa como “tribunal de ideias políticas e dos atos do poder”, isto é, de seu papel de fiscal do governo, denunciando malversações de funcionários públicos e abusos de poder; (ii) a da imprensa como meio de educação política da população inculta, que aprenderia os mecanismos e vantagens do sistema político vigente assistindo aos debates dos homens ilustrados³⁴. Não pretendemos avaliar a intensidade com que tais funções constituíam o espaço de debate público na Monarquia Constitucional brasileira. Está documentado, de todo modo, o posicionamento claro de D. Pedro II a respeito da liberdade de imprensa, conforme se lê em carta dirigida à Princesa Isabel, às vésperas de esta assumir pela primeira vez a regência durante a viagem do monarca à Europa:

Entendo que se deve permitir toda a liberdade nestas manifestações da imprensa e de qualquer outro meio de exprimir opiniões, quando não se deem perturbações da tranqüilidade pública, pois as doutrinas expendidas nessas manifestações pacíficas, ou se combatem por seu excesso ou por meios semelhantes, menos no excesso. Os ataques ao Imperador, quando

³¹ NUNES, op. cit., p. 30. Os teóricos franceses tinham muito maior difusão no pensamento liberal português e brasileiro do que os anglo-saxões. Tanto em Portugal como no Brasil, “a orientação para o Estado jamais foi vencida pela predominância do indivíduo, como nos países anglo-saxões” (Ibid., p. 18).

³² Conforme ressalta Tassia Toffoli Nunes, a política liberal do século XIX tinha como uma de suas instâncias centrais de legitimidade a livre discussão dos atos de governo, e as respectivas opiniões a respeito (Id., *ibid.*, p. 6).

³³ *Ibid.*, *ibid.*, p. 17.

³⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 17.

ele tem consciência de haver procurado proceder bem, não devem ser considerados pessoais, mas apenas manejo ou desabafo partidário³⁵.

Chama a atenção a tolerância com que D. Pedro II recomenda acolherem-se todas as opiniões, especialmente críticas dirigidas a sua atuação política, não devendo estas ser recebidas pelo prisma pessoal, visto pertencerem à esfera da política constitucional em que, por meio da opinião pública, refletiam-se as movimentações partidárias, os diversos interesses da sociedade politicamente organizada. A defesa intransigente que fazia desses princípios, para Lilia Moritz Schwarcz, relaciona-se diretamente com a própria formação de D. Pedro II, educado segundo parâmetros políticos liberais, a fim de tornar-se “de todo diferente de seu pai”³⁶, ao menos em sua *persona* pública. A estabilidade política e das instituições, somada à postura tolerante da Coroa, tornou possível o exercício de críticas diretas à figura do imperador e ao próprio regime monárquico, que, para elites descontentes e republicanos imbuídos de evolucionismo social, não seria adequado aos anseios *naturais* da nação e do povo brasileiro, destinados a marchar sem percalços na senda da ordem e do progresso.

2. O reinado de “Pedro Banana-Caju” pelas lentes satíricas da imprensa

Deixem que se manifestem todas as opiniões; não temos nada a fazer. O tempo, a calma, a confiança nas instituições se encarregarão de dar razão a quem a tiver, se acaso desabar a tempestade³⁷.

D. Pedro II

Há tempos sabe-se da forte conotação política que o humor pode apresentar. Arma atuando pelo ridículo e pelo grotesco, pune poderosos e critica hábitos sociais circundantes. A correlação entre sátira e punição, por exemplo, está cristalizada em provérbios romanos (*ridendo castigat mores*, rindo se castigam os costumes, talvez seja o mais eloquente deles)

³⁵ A transcrição está disponível no site da Federação Nacional da Imprensa (FENAI): <http://fenai.org.br/2013/08/23/no-imperio-a-imprensa-e-livre/>. Acesso em 20.out.2013.

³⁶ SCHWARCZ, op. cit., p. 57. Sobre a rígida educação do imperador, cf. SCHWARCZ, op. cit., p. 45-66.

³⁷ *Gazeta Paranaense*, Curitiba, p. 2, 12 jul. de 1888. Trata-se de frase pronunciada pelo monarca em 1870, no início do movimento republicano. Retomando-a em julho de 1888, a *Gazeta* iniciava a defesa da monarquia constitucional em face da adesão massiva de vários indivíduos, em maioria *fazendeiros e eleitores*, ao movimento republicano após a Lei de 13 de maio de 1888.

e na obra de poetas malditos como Gregório de Matos, açoitando em verso os mandatários da Bahia no século XVII. Não apenas por confrontar o poder, mas simplesmente por incomodar, o humor quase sempre não foi bem visto como atividade intelectual por setores dominantes da cultura. Como bem observa Elias Thomé Saliba, no quarto final do século XIX – e ainda hoje, na verdade – nota-se certa intolerância da “cultura culta em relação ao cômico, quase sempre associado ao degradante, ao agressivo, quando não ao erótico, ao obsceno ou ao escatológico”³⁸.

De fato, a produção humorística da imprensa brasileira, entre as últimas décadas do Império e os dois primeiros governos da República, era bastante circunstancial, “ligada a ódios e rancores de momento, com referências muito particularizadas e com os objetos de escárnio muito bem definidos”³⁹. A tentativa de obter efeito cômico a partir dos defeitos físicos e morais das pessoas retratadas – o riso como castigo, para resgatar a ideia do provérbio romano – é visível não apenas na sátira de personagens políticos comuns; também nas representações públicas de D. Pedro II, a figura de maior dignidade no sistema constitucional monárquico, precedente talvez sem igual em Estados tradicionalmente considerados liberais e tolerantes. Com a exposição de indícios textuais e imagéticos, pretendemos sustentar a existência de tal liberdade no decorrer deste ponto. Mesmo a partir de críticas particulares, podem-se extrair sentidos gerais e linhas mestras.

Se, de fato, respeito e admiração do povo à figura do imperador dependiam grandemente de construções simbólicas e antigas fidelidades arraigadas na cultura popular, ganha peso considerável o papel da caricatura e da crônica satírica na gradual erosão da dignidade monárquica, e, por conseguinte, no golpe republicano que alijou a família real do poder – ainda que tal erosão fosse restrita a parte das elites, opondo-se mais à Coroa intrometendo-se no que consideravam ser sua esfera de poder (como a *propriedade* escrava, por exemplo) que aos valores monárquicos em si. Schwarcz, nessa linha e em minucioso estudo sobre a imagem de D. Pedro II, adota como referenciais teóricos exatamente as conhecidas obras de Kantorowicz e Marc Bloch, que apontam a importância constitutiva do poder simbólico à monarquia, talvez mais que a qualquer outro sistema político⁴⁰.

³⁸ SALIBA, op. cit., p. 43.

³⁹ Id., *ibid.*, p. 57.

⁴⁰ SCHWARCZ, op. cit., p. 27.

Como bem defende Elias Thomé Saliba, a produção cômica desse período era marcada pelo que o autor chama de “humor da ilusão republicana”, circulando com o objetivo explícito de “fustigar o regime monárquico” a partir da figura do imperador e de seu poder pessoal⁴¹ – isso segundo certa reinterpretação republicana de críticas liberais à pretensa pessoalidade no exercício do Poder Moderador. Como se verá adiante, essa crítica ao poder pessoal era muitas vezes sobreposta a outra, de sentido contrário, segundo a qual o monarca não passava de títere nas mãos dos ministros, de instrumento em mãos de interesses inconfessáveis. Em ambos os casos, resta clara a íntima conexão entre figura régia e regime monárquico, cuja mais alta figura era o centro de sua constituição simbólica.

No Brasil, já durante a Regência, havia preocupação em forjar a representação do imperador-menino remetendo ao imaginário popular dos reis europeus, legitimando-o também como mandatário dos destinos do país ao incluir em sua representação pública símbolos autenticamente nacionais. Afirma-se, assim, que a feição europeia da monarquia (e de suas raízes nos Bragança, Habsburgo e Bourbon) convivia com a faceta tropical do jovem império, conhecido no exterior não só pela vegetação edênica; também pela miscigenação, pelos indígenas e pela escravidão⁴². Tais estratégias simbólicas eram concretizadas em diferentes ritos e artefatos, desde a indumentária do rei (combinando cetro, coroa, manto e fardões com elementos nacionais, como as penas de papo de tucano adornando sua murça), até a forma de retratá-lo consagrada nas pinturas oficiais: ao lado de plantas tropicais, com barbas longas e expressão austera.

Todo esse cuidado com a imagem do segundo imperador brasileiro teria surtido efeito, especialmente por encontrar repercussão em heranças culturais partilhadas pela grande maioria do povo, inclusive negros livres e escravos, cujas festas eram povoadas por figuras majestáticas. Nas precisas palavras de Lilia Moritz Schwarcz:

Valendo-se da reduzida iconografia do período, percebe-se, também, como foi se moldando a imagem de um rei eternamente velho. Com efeito, as imagens constroem um príncipe diferente do antigo monarca d. Pedro I, quase seu anti-retrato: responsável já quando pequeno, pacato, educado. Não se esperava do futuro monarca os mesmos arroubos do pai, tampouco a ‘má imagem’ de aventureiro, da qual d. Pedro I não pôde se desvincular. O novo imperador era um mito antes de ser realidade: seria justo mesmo se

⁴¹ Id., *ibid.*, p. 57.

⁴² Id., *ibid.*, p. 17-18.

não o fosse, culto mesmo sem inteligência criativa, de moral elevada mesmo tendo amantes⁴³.

Essa meticulosa construção talvez explique por que até hoje os bancos escolares tenham uma imagem tão consolidada de D. Pedro II. Não significa, todavia, que tal imagem fosse unânime, ou não pudesse sofrer alterações com o tempo e na medida em que transitasse pelo espectro político de então. Se sobrevive no ideário escolar um rei bondoso, de longas barbas brancas, entusiasta das ciências, isso se deve, em grande parte, ao enraizamento desses elementos positivos no imaginário popular durante seu reinado e à reabilitação destes e outros elementos após seu exílio e morte⁴⁴. Principalmente nas décadas de 70 e 80 do século XIX, com efeito, a imagem do imperador foi sendo aos poucos retrabalhada, seja pela responsabilidade que lhe era atribuída por problemas como secas, epidemias, movimentos sediciosos e, finalmente, a abolição da escravidão⁴⁵, seja pela atenção cada vez menor dedicada aos rituais com que sua primeira imagem pública fora criada. Não só o beija-mão deixara de existir, como também diminuíram as ocasiões de uso das roupas solenes e mesmo o investimento feito na manutenção do luxo e da pompa da corte, que não mais impressionavam a população⁴⁶. Ou, na síntese de Lilia Moritz Schwarcz: “Ao descuidar de sua imagem, d. Pedro deixava mais evidentes as fragilidades reais da monarquia, até então vinculada à estabilidade do Estado”⁴⁷.

Convém lembrar que a figuração pública do *monarca-cidadão* fora a nova estratégia simbólica escolhida por D. Pedro II (optando por caminhar de casaca e chapéu entre o povo, ao invés de perpetuar as práticas da pompa e do distanciamento), imitando assim a Louis-Philippe, o primeiro monarca-cidadão, que ascendeu ao trono francês com a revolução de julho, em 1830. Tal estratégia modernizante, se razoável ao contexto europeu, não parecia ter as mesmas repercussões nos trópicos.

Aproveitando-se, então, da liberdade garantida à imprensa no período⁴⁸, os periódicos produziram inúmeras charges sobre a figura do imperador, além de artigos

⁴³ Id., *ibid.*, op. cit., p. 64.

⁴⁴ Id., *ibid.*, p. 465 e seguintes.

⁴⁵ A libertação dos escravos “representava o fim do último apoio da monarquia, os fazendeiros cariocas da região do Vale do Paraíba” (Id., *ibid.*, p. 437-438).

⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 410-411.

⁴⁷ Id., *ibid.*, p. 415.

⁴⁸ Id., *ibid.*, p. 416.

desacreditando a instituição monárquica e a família imperial. Os principais assuntos abordados em fins do Império eram “a sua personalidade e capacidade de dissimulação, suas pernas finas, a voz estridente; suas viagens, sua mania de erudição, mas sobretudo a sonolência e a formalidade vazia das Falas do Trono, nas quais o imperador era considerado um porta-voz alienado dos interesses do chefe de gabinete”⁴⁹.

Vejamos como esses e outros temas ganharam as páginas do periódico *O Mequetrefe*, foco principal deste artigo.

Primeiramente, nota-se não ter sido a erosão da imagem régia absoluta ou imediata. Tanto que, dando notícias de sua grave doença em 1888, durante uma de suas viagens ao exterior, o tom da crônica de *O Mequetrefe* foi respeitoso e até laudatório⁵⁰. Nessa mesma época, o jornal deixou de ter a figura do monarca como seu principal alvo, preferindo direcionar sua verve à denúncia de supostos abusos praticados no governo pelo barão de Cotegipe, então presidente do conselho de ministros, ou ao despreparo e inocência da princesa regente⁵¹. O excerto abaixo trata do retorno do imperador ao país depois de viagem à Europa feita por motivos de saúde. Antes da partida, o jornal *O Paiz* havia afirmado que o *Gironde*, navio a fazer a travessia, era o esquife da ordem monárquica, maldosa alusão ao precário estado de saúde do rei. Embora acenasse com a possibilidade de D. Pedro ter voltado embalsamado da viagem, *O Mequetrefe* reconhecia a devoção popular à figura real, de modo que críticas seriam obra de “meia dúzia de bobos que não têm o que fazer”, não deixando de fazer alusões irônicas à incoerência de *O Paiz*, que, se antes lhe dedicara a pecha de decadente e moribundo, por ocasião de seu retorno reconhecia no monarca a figura de amigo do povo:

⁴⁹ Id., *ibid.*, p. 420.

⁵⁰ “Infelizmente agravaram-se os padecimentos de S. Magestade o Imperador, que se acha actualmente na cidade de Milão. Esta noticia tem causado o mais profundo pezar ao povo brasileiro, pezar que mais intenso se torna no grande momento actual, em que a lei extinguindo a escravidão vai coroar de gloria o reinado do Sr. D. Pedro II. Para ninguem é segredo que a sua vontade soberana, mas benéfica, foi, apesar de occulta pela ficção constitucional, um dos mais poderosos facotes da reforma hoje triumphante. *O Mequetrefe* comparte da dor immensa que deve pungir o coração de S.A. a Princeza Imperial Regente, e faz os mais ardentes votos pelo seu proximo e completo restabelecimento” (*O Mequetrefe*, edição 453, p. 3, maio.1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1888_00453.pdf)

⁵¹ O trecho a seguir parece ser exemplo tanto de um quanto de outro alvo: “Senhora! Conspira-se contra o Imperador! Conspira-se nas trevas! Conspira-se pelo telegrapho! Tem um chefe a conspiração, e ela é tramada em vosso palacio. Esse chefe é o presidente do conselho de ministros, é o Barão de Cotegipe” (*O Mequetrefe*, edição 444, p. 3, 5 nov.1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1887_00444.pdf)

Por causa da chegada do nosso saudoso monarcha a cidade tem estado em festas. Como aqui, a alegria é geral em todo o vasto imperio! Não, que apesar dos pezares, o Sr. D. Pedro 2º é um imperador como ha poucos! O povo estima-o de coração, a não ser uma meia dúzia de bobos que não tem que fazer. Bandeirolas e foguetes, musicata e grande folia que houve sem desmanchar a nossa poesia, tudo é signal evidente que todos lhe querem. E é mesmo! Até *O Paiz* reconheceu... que elle era amigo do povo! *O Paiz*, heim? que no dia em que o illustre chefe da nação seguio para a Europa escreveu umas cousas feias que aqui não repito... Será o caso de perguntar ao collega que acha do imperador. – Será o mesmo ou é outro? Talvez... embalsamado! Acredite *O Paiz* que, se me respondesse, eu não diria a outrem: minha bocca seria um *esquife!* Palavra!⁵²

No entanto, o tratamento respeitoso à figura pública de D. Pedro II era raro, e parecia reservado a essas situações limite em que a gravidade da situação constitui impeditivo moral ao riso, que poderia então ser tido como de mau gosto e como expressão da falta de virtudes morais imprescindíveis ao espaço público de então, como a benevolência e a caridade, por exemplo⁵³. Os redatores do jornal, com alguma probabilidade, incluíam-se nessa “meia dúzia de bobos que não têm o que fazer” a não ser criticar a figura régia. O tratamento dispensado à figura pública e privada do monarca, com efeito, não era em geral dos mais amistosos. Destacava-se, em primeiro lugar, a postura pouco enérgica de D. Pedro II quanto a questões importantes envolvendo o reino e sua família⁵⁴. Questionava-se, em verdade, a capacidade de governo de um homem de idade avançada e com saúde física e mental instável. Tanto em *O Mequetrefe* quanto em outros periódicos, não era incomum a crítica segundo a qual “o estado doentio do imperante deixou a náó do Estado, como aquella descripta no *Purgatorio do Dante: Nave senza nocchiero in gran tempesta.*”⁵⁵

⁵² *O Mequetrefe*, edição 458, p. 2-3, ago.1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1888_00458.pdf.

⁵³ Nesse sentido, conferir LOBO; PEREIRA, op. cit.

⁵⁴ O rei, que chega a ser chamado de “miolo mole”, teria intervalos de lucidez apenas quando colocava seu genro, o odiado Conde d’Eu, no que a opinião pública achava que era seu devido lugar: “D. pedro avô, cada dia fica de miolo mais mole, mas ainda assim tem uns vislumbres de energia, a prova é que mandou hontem a fava o seu real e imperial genro, consequência de uma discussão... pouco edificante” (*O Mequetrefe*, edição 467, p. 3, dez. 1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1888_00467.pdf). Essas contundentes afirmações se davam num contexto em que o imperador, doente, ausentava-se com frequência cada vez maior por problemas de saúde, deixando a regência nas mãos da princesa Isabel. O povo, porém, dizia que Isabel seria controlada pelo marido, o Conde D’Eu, que seria o imperador de fato do Brasil no caso de um terceiro reinado.

⁵⁵ *A Republica*, Curityba, p. 1, 29.dez.1888.

Porém, com frequência, razões morais impediam crítica tão direta, fazendo-se uso de outros recursos literários, especialmente os humorísticos, a fim de que se tornasse aceitável ao público. Um dos principais era a insistência na ideia de que o rei seria manipulado por um séquito de ministros sedentos de poder e benesses públicas. A premissa implícita nesse argumento era a de que a figura régia tornara-se incapaz de continuar a ser o *nocchiero* dos destinos da nação, tornando-se instrumento de interesses inconfessáveis. Duas charges do mesmo exemplar de *O Mequetrefe* são bastante contundentes nesse sentido⁵⁶. Na primeira, o monarca seria títere manuseado por hábil ventríloquo, escondido do público e da opinião nas sombras projetadas pela marionete régia (ver *figura 1*), a que a ficção constitucional garantia a irresponsabilidade; na segunda, seria mero realejo de mesa, floreando com uma *Falla do Throno* as decisões previamente estabelecidas pelo ministério da abolição, também conhecido por gabinete 10 de Março, cujo presidente era João Alfredo (ver *figura 2*).



Figura 1 – “O Sr. Presidente do Conselho tem jeito para brincar com os bonecos de cordão”

⁵⁶ *O Mequetrefe*, edição 465, p. 4, nov. 1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1888_00465.pdf.



Figura 2 – “Há quem afirme que S. Magestade na falla do throno servio de realejo de meza”.

Além da imagem pública do imperador, não eram poupados tanto aspectos de sua vida privada quanto os membros da família real. Quanto a estes, ironizava-se a má fama do Conde d’Eu⁵⁷, casado com a princesa Isabel, frequentemente adjetivado de avaro, interesseiro, usurário, aproveitador, corrupto; configurando, sem dúvida, verdadeira difamação do consorte e da herdeira constitucional. Contra esta, sobretudo após a abolição, tornara-se frequente a crítica segundo a qual seria “impopular, beata, jesuítica”⁵⁸, ou a atribuição de alcunhas como “A varredôra da igreja de Petropolis, a protectora das escolas salesianas, a beata nevrotica e exaltada, actual imperatriz clandestina (...)”⁵⁹; ou como “o espantinho de uma regente sem acção, e sem sciencia, e dominada por um principe estrangeiro, que está no plano de ser praticamente o imperador do Brazil”, nas palavras de Saldanha Marinho⁶⁰.

De outra parte, a devoção do monarca às artes e às ciências não escapava ao humor e à ironia⁶¹, pois seria meramente superficial, para uns⁶²; ou tornaria o monarca alheio a

⁵⁷ Numa das edições, lê-se: “Basta isso; e se não bastasse, accrescente-se que os taes maganões contam com a protecção imperial, pois são amigos do Sr. Conde d’Eu – que, em argentarismos e mil sagacidades de agiotagem é um Orleans de primeira água” (*O Mequetrefe*, edição 464, p. 3, nov. 1888, http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1888_00464.pdf). Segundo Elias Thomé Saliba, essa fama se devia aos altos alugueis que o conde cobrava dos inquilinos que viviam nos cortiços de sua propriedade. Os jornais também não deixavam de explorar suas ambições pessoais em relação ao trono (SALIBA, op. cit., p. 58).

⁵⁸ *A Republica*, Curityba, p. 1, 18 out. 1888.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 3.

⁶⁰ *A Republica*, Curityba, p. 1, 20 fev. 1888.

⁶¹ Em um poema, D. Pedro vai literalmente para o mundo da lua: “(...) Tanto o rei foi se instruindo, / tanto, tanto elle estudou, / tanto, tanto foi subindo / na sciencia... que acabou / para a lua se mudando!” (*O*

seus deveres ante Estado e governo, para outros. Tampouco era poupado o formato de seu perfil⁶³, caracterizado pelo prognatismo que as barbas procuravam disfarçar. A testa e a ponta da longa barba formavam as extremidades de um semblante quase sempre retratado de modo semelhante a uma letra “C”, dando-lhe, segundo os humoristas, aspecto de uma castanha de caju ou de uma banana. Daí os correntes apelidos “Pedro Caju” e “Pedro Banana”. Insinuava-se, também, acerca de seus casos extraconjugais – sendo o mais famoso e duradouro deles o mantido com a Condessa do Barral. A religiosidade e a progressiva menor importância dada por D. Pedro II a questões atinentes a sua *imagem régia* – os desfiles, palácios e até indumentárias reais recebiam cada vez menos atenção e recursos, perdendo lugar à figuração do monarca-cidadão, a exemplo de Louis-Philippe – também sofriam releituras pelas lentes satíricas da imprensa, como se observa na crônica abaixo.

Croquis é a brocha (Pedro de Alcântara)

É um dom Juan de força.

Ninguém será capaz de acreditar que este homem com suas barbas apostólicas e cara de caju-banana, santarrão, vestido com desalinho, burguez, armado às vezes de um guarda-sol, herdado do confrade Luiz Felipe, seja capaz de tanto.

Ele é um homem de gosto. Tem um paladar muito delicado, gosta dos acepipes finos. É doido por um caldinho de franga...

(...) Elle tem, além de outras virtudes, um talisman que o torna irresistível para as mulheres. Não há uma só que lhe suporte um olhar sem ficar logo com o bicho carpinteiro⁶⁴.

O Mequetrefe também se divertia imaginando a intimidade da vida palaciana, satirizando não só elementos caricaturais do imperador (sua voz fina e melodiosa, seu excessivo apreço por música e poesia, sua fleuma patriótica); também a bajulação política

Mequetrefe, edição 442, p. 2 e 4, 30 set.1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1887_00442.pdf.

⁶² “Sua magestade o imperador acaba de receber uma lição de mestre, bom será que lhe aproveite. Há dias appareceram na côrte cinco indigenas, e o imperador ordenou que fossem trazidos á sua presença, no paço da Boa Vista. Allí, o monarcha começou a dar á lingua em guarany *fritz-mack*, com grande pasmo dos pobres selvagens, que julgaram estar na presença de um louco. O sabio não se deu por achado e continuou a embrulhada. Um dos indios voltou-se então para sua magestade e disse-lhe em portuguez que não entendiam o que elle queria dizer” (*A Republica*, n. 48, p. 2, 29.dez.1888). Para melhor se compreender a piada, cabe destacar que *Fritz-Mack* era a denominação comercial de uma fábrica de vinhos e bebidas artificiais, cujos produtos e suas consequências à saúde causaram grande comoção na opinião pública em 1888.

⁶³ Artigo da *Revista Brasileira de Cirurgia Plástica* debruça-se, com minúcias, sobre o prognatismo (projeção da mandíbula) que acometia D. Pedro II e, de modo geral, a Casa dos Habsburgos. Uma das táticas para camuflá-lo foi a utilização precoce de barba, o que também serviu a dar um ar sério ao imperador coroado aos 15 anos de idade. Cf. ANGER, Jaime; CORREA, José Vicente Barbosa; SILVEIRA, Maria Eduina da. Sob as barbas do Imperador D. Pedro II: o prognatismo dos Habsburgos. *Revista Brasileira de Cirurgia Plástica*, v. 24, n. 2, p. 237-241, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/v24n2a18.pdf>.

⁶⁴ *O Mequetrefe*, edição 271, p. 5, 11 abr.1882. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1882_00271.pdf.

dos que o cercavam, prontos a render-lhe laudas por qualquer ato ou ideia de afetada sabedoria ou erudição. Vivas e bravos estrepitosos não eram a expressão de virtudes morais frente a atos de verdadeiro merecimento. Vinham das *palpitações do estômago*, dos interesses mesquinhos do baixo-ventre, e visavam a forrar a bolsa dos bajuladores, provendo suas famílias e dependentes de indicações agradáveis a cargos públicos. Assim, qualquer sugestão medíocre do monarca seria motivo de exaltação entre seu pequeno público de privilegiados.

No dia 2 de Dezembro, dia em que S. M. fez 63 Fevereiros, havia reunião íntima no Paço; estavam em doce conversação o meu imperial amo, sua augusta família, eu, o maestro White e Frei Vianna.

- De repente, S. M. com aquella vozinha fina e melodiosa que toda a gente conhece, disse para o seu seraphico ministro:

- Ora, faça lá um triolet de improviso.

(...) - Pois ouça tambem o senhor por sua vez, disse S.M. batendo na testa com um gesto de inspirado:

Eu é que gosto do povo...

Quem gosta do povo é eu...

Se gallo velho põe ovo

Eu é que gosto do povo

Já estou bom e já me movo

E o Conde d'Eu não é judeu!

Eu é que gosto do povo...

Quem gosta do povo é eu...

Foi um sucesso. Bateram-se palmas, deram-se vivas e bravos estrepitosos.⁶⁵

Devido ao advento de novas ideias em fins do século XIX, com destaque ao positivismo, a monarquia era compreendida pelo movimento republicano como herança de épocas primitivas, incompatível com o século do progresso. Assim como a vida biológica, a social evoluiria naturalmente e novas formas de governo, adaptadas ao estágio evolutivo emergente, faziam-se necessárias. Assim, “A velha monarchia, carcomida pelos abusos inerentes ás suas praticas semi-selvagens, abalada modernamente pelas vergastadas que lhe arremessam as conclusões scientificas da sociologia, declarando-a incompativel com a dignidade e felicidade humanas” estaria “prestes a soltar o ultimo suspiro, na pessoa de Pedro II”⁶⁶, intimamente associada ao regime monárquico nos trópicos.

⁶⁵ O *Mequetrefe*, edição 466, p. 3 e 5, dez.1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1888_00466.pdf.

⁶⁶ Na sequência, “A nós Brasileiros corre o dever patriótico de não tolerar o governo que se prepara sorrateiramente, governo d'um principe usurario e avido de glorias guerreiras e d'uma princeza fanatizada, ignorante e varredoura de igrejas.” (*A Republica*, n. 47, p. 1, dez. 1888)

Periódico de matiz declaradamente republicano, *O Mequetrefe* voltava suas baterias de ataque não apenas ao círculo e às características privadas e públicas do monarca; também à grande questão da forma de governo, ao duelo entre defensores da monarquia e propositores da república, em que a figura de D. Pedro II não poderia estar ausente, pois sua figuração pública se tornara inseparável da própria forma de governo que representava. Nesse sentido, a mensagem política do citado periódico pode ser sintetizada na charge abaixo. O povo, representado como cordeiro manso e tolo, é guiado pela monarquia encarnada na figuração pública de D. Pedro II, cuja *varinha de condão* representa os *sofismas* e a *metafísica* inerentes ao regime monárquico (tais como o direito divino e a irresponsabilidade do rei, por exemplo), sem os quais a *organização política decadente* não se sustentaria, pois seriam responsáveis por manter as massas nas *trevas* da ignorância. Afinal, sem tais artifícios, com que falsidades se amansaria esse cordeiro? No entanto, seguindo a evolução natural, chegaria inevitavelmente o momento em que, *esclarecido* e irritando-se com a situação, mandaria para longe desta terra a alegoria monárquica, chifrando-a nas partes baixas (ver *figura 3*):



Figura 3

(à esquerda) “O povo respeitoso obedece, da fabula, a varinha de condão”

(à direita) “Mais um dia elle, éneza-se e...”

Adeos gente do Tucano
Vá se embora não me amole
Do contrario... dou a prova
Lhe mostrando não ser molle”⁶⁷

⁶⁷ *O Mequetrefe*, edição 460, p. 4, out.1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1888_00460.pdf. “Gente do tucano” é uma referência à murça de penas de papo de tucano que compunha o traje de gala do imperador, junto com o manto em que estavam bordados ramos de café e tabaco (SCHWARCZ, op. cit., p. 16).

Depor a monarquia era objetivo declarado do periódico, assim como dos republicanos em geral. Ao contrário do que acreditavam, a meta não seria atingida *naturalmente*, não seguiria a evolução natural *evidenciada* pelo conhecimento positivo da sociedade e da política. Sem contar o golpe de Estado acordado entre exército e elites descontentes, o movimento republicano foi gestado e articulado tanto em *meetings* organizados em todo o país, cuja intenção era propagar o novo ideário, quanto por propaganda republicana sistemática, cujos artigos mais bombásticos circulavam imenso território na velocidade do telégrafo⁶⁸. Dessa rede, especialmente em sua linha humorística, fazia parte *O Mequetrefe*, cujas páginas eram em grande parte povoadas de publicidade republicana, com suas representações características⁶⁹. Em relação ao aspecto cômico do novo ideário, vejamos, por exemplo, a paródia de uma conhecida oração católica, em que as tradicionais alegorias cristãs são substituídas por conceitos que povoavam o imaginário republicano, evidenciando, ao mesmo tempo, a sobreposição de novas e antigas fidelidades:

Credo republicano

Creio na soberania do Povo, Todo Poderoso, Creadora dos deveres e direitos do Homem, e na republica, sua filha única, nossa Redemptora, a qual foi concebida por obra e graça da Liberdade, nasceu da Revolução Francesa, padeceu sob o jugo de todos os reis, foi crucificada, morta e sepultada, desceu às monarquias para libertar os republicanos que esperavam a sua santa vinda; pouco depois resurgio das Revoluções, subiu ao Pensamento, está sentada à mão direita da Soberania do Povo, Todo Poderoso, donde ha de vir a julgar todos os reis vivos, e todos os reis mortos. Creio na Liberdade, na Republica Universal, na Comunicação das idéas, na condennação dos reis, na Ressureição dos Martyres, na Paz Universal – Amem⁷⁰.

A pouco mais de um ano do golpe de 15 de novembro de 1889, em representação pictórica datada de setembro de 1888 (ver *figura 4*) e, portanto, logo após seu regresso à pátria, o imperador caju-banana, situado em segundo plano e ao canto direito, comentava, preocupado e passivo, as florescências da árvore republicana no país. A planta era banhada pelos raios do nascente sol da liberdade, cuja localização na imagem está em clara antítese

⁶⁸ Conferir, por exemplo, *A vontade nacional*, de Saldanha Marinho, em *A Republica*, n. 8, p.1, 20 fev. 1888.

⁶⁹ Para uma análise detida da simbologia da figura feminina (representando “A República”) nas páginas do periódico, cf. LOPES, Aristeu Elisandro Machado. O dia de amanhã: A República nas páginas do periódico ilustrado *O Mequetrefe*, 1875-1889. *História*, São Paulo, v.30, n. 2, p. 239-265, ago./dez. 2011.

⁷⁰ *O Mequetrefe*, edição 12, p. 6-7, mar. 1875. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1875_00012.pdf.

com os motivos monárquicos, associados ao passado e ao atraso. Nas folhas, pode-se observar o nome de propagandistas da causa, como Silva Jardim, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, entre outros. Ao mesmo tempo em que anunciava o advento *natural* da redenção imaginária, *O Mequetrefe* contribuía às condições de sua encarnação regando a árvore florescente.



Figura 4⁷¹

Ora, segundo a representação, seria um movimento natural a dar força à árvore republicana e viço a seus propagandistas, banhados pelo sol da evolução social, embora a intervenção de um jardineiro zeloso não estivesse ausente. Esta crença evolucionista, fundada em pretensões *científicas*, negligenciava os fatores realmente relevantes dessa conjuntura política (como o ambiente adverso à crença monárquica e o grande descontentamento com o governo por ter interferido na esfera da propriedade escrava, para citar apenas dois), ainda que não estivesse equivocada ao prever o advento da República. Para *O Mequetrefe* e outros jornais republicanos, era consequência lógica dos axiomas da evolução social o despontar da liberdade que já raiava no horizonte do Brasil, parafraseando o Hino da Independência. O que os padrões mentais expressos na representação acima não abrangem, talvez por serem imaginários, são as graves contradições do novo regime, cujo triunfo, parece razoável supormos, não teria lugar sem a liberdade de imprensa desfrutada pela propaganda antimonárquica.

Interessa-nos averiguar, nesse sentido, se a mesma liberdade, em geral, e a mesma verve política de *O Mequetrefe*, em particular, mantiveram-se após 15 de novembro de 1889.

⁷¹ *O Mequetrefe*, edição 459, p. 4, set.1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1888_00459.pdf

3. O reinado dos marechais: a República entre o entusiasmo e a decepção

Na verdade, insulta-se [o Imperador] porque o Imperador faz-se de surdo. Mas, como o governo é hereditario, supponha-se que o successor não têm esse máo gosto. O que acontece?

A Republica (PR)⁷²

Deposta a monarquia, *O Mequetrefe* continuou sua tradição de irreverência e crítica no espaço público. Observam-se, porém, deslocamentos significativos em sua abordagem das questões e personagens políticas no antigo e no novo regime constitucional. Nos primeiros momentos deste, por razões bastante compreensíveis, predomina a euforia da profecia realizada, a esperança no futuro do Brasil livre das peias monárquicas que o impediam de marchar desembestado pela senda do progresso. Nessa primeira fase, com efeito, as principais figuras do Poder Executivo – os primeiros presidentes, marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto – são poupadas das críticas diretas, recebendo tratamento respeitoso e mesmo bajulador. Em contraste com o Pedro Caju-Banana, sua filha incapaz e beata, seu genro avaro e interesseiro, Deodoro ganha um obituário laudatório⁷³. O vice-presidente, assumindo com o passamento a direção do país, é o “ilustre marechal Floriano”⁷⁴. Ao mesmo tempo em que elogia suas mais altas figuras, *O Mequetrefe* afirma “não estar a serviço deste ou daquêlê governo, mas, do alto de sua fleuma patriótica, alfineta a boataria levantada pelo *Jornal do Commercio*”⁷⁵.

Tendo trabalhado por anos em prol da campanha republicana, era esperado que se alinhasse ao governo, defendendo-o de seus rivais no âmbito da opinião pública. Uma das

⁷² *A Republica*, Curityba, p. 1, 6 ago.1888.

⁷³ “Não é somente a redacção do Mequetrefe que neste momento deve cobrir-se de lucto, mas o paiz inteiro pelo doloroso passamento do illustre General sobre quem a Republica reverente, de joelhos, deixa rolar as suas sentidas lagrimas, vertidas pela dor cruciante da tristeza e da saudade.” (*O Mequetrefe*, edição 549, p. 2, ago.1892. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1892_00549.pdf).

⁷⁴ *O Mequetrefe*, edição 554, p. 7, out.1892. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1892_00554.pdf.

⁷⁵ “São injustificáveis as dificuldades que mão occulta procura maliciosamente collocar diante da republica, tolhendo sua marcha natural e legitima, affligindo o povo, assustando-o com os boatos afim de que possa surgir do meio de tudo isso uma esperança rapidamente alimentada por um cerebro desorganizado, mais digno de compaixão e piedade, do que do mesmo, daquelle castigo que se applica aos incorrigíveis. (...) E o povo já começou a comprehender esse dever, manifestando-se hostilmente contra as perversas insinuações publicadas no *Jornal do Commercio*, com o intuito de augmentar mais a dor do afflicto, atirando o descrédito á nossa Patria, como bem o disse a imprensa unanime desta Capital.” (*O Mequetrefe*, edição 551, p. 2-3, set. 1892. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1892_00551.pdf).

edições de novembro de 1889, por exemplo, trazia charge laudatória da Proclamação, acompanhada de texto ufanista (ver *figura 5*). Retrata vários personagens do movimento republicano, como Benjamin Constant, Silva Jardim, Quintino Bocaiúva, entre outros, a maioria em posição comemorativa ou de triunfo. No centro, domina a figura do Marechal Deodoro erguendo seu quepe em citação à proclamação, mesmo motivo cristalizado em *A Proclamação da República*, de Bernardelli. A bandeira, quase idêntica à dos Estados Unidos (salvo pelas cores), denuncia o momento incerto da transição, em que símbolos e emblemas nacionais ainda estavam em disputa. No conjunto, predominam os temas do resgate heroico da honra nacional, efetivado pelo exército e pela armada, precedente destinado a repetir-se em nossa história constitucional, infelizmente; e, a contrapelo, do entusiasmo patriótico de uma minoria cercado a cúpula do poder. Observa-se, sobretudo, a ausência de povo.

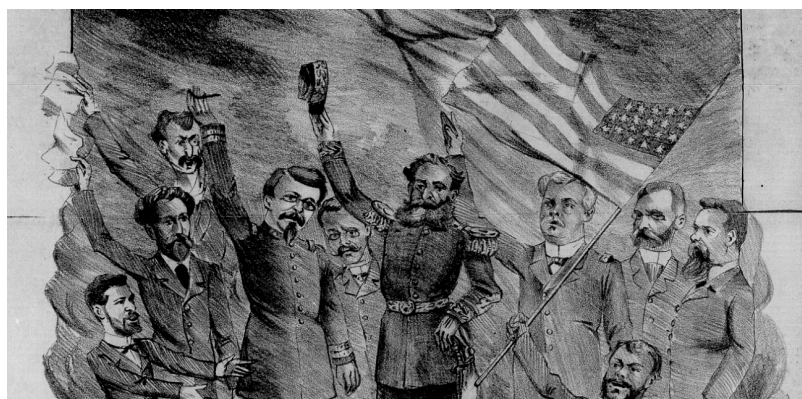


Figura 5

“Até que afinal!... O Brazil já acha-se compendiado no mappa das nações livres, com o deslumbrante e pacífico acontecimento do dia 15 do corrente. (...) Ao exercito e armada coube a gloria de quebrar os grilhões que nos prendiam, com um acceno nobre e altivo das gloriosas espadas libertadoras da honra nacional, tantas vezes postas em jogo no campo da batalha, pela desorientação ou conveniência daquelles que, entendiam que por baixo da farda que vestia um brasileiro, não existisse um coração capaz de sentir os tristes gemidos da patria, que restabelece-se agora, por entre as acclamações enthusiaslicas do mais puro patriotismo. Embriagado nesta doce alegria, todo pessoal da redacção do *Mequetrefe*, que há 15 anos luctava pela Victoria nobremente ganha no dia 15, não encontra uma palavra capaz de exprimir o seu sentimento patriótico de que se acha possuido”.⁷⁶

Num segundo momento, desgastada a confiança no governo e nas instituições, não arrefeceria o entusiasmo pela causa republicana, sobretudo em sua perspectiva democrática, voltando o periódico a ser propositivo e opositor da ordem estabelecida. Tal se pode observar na edição de 20 de novembro de 1892, que comenta os festejos do terceiro

⁷⁶ *O Mequetrefe*, edição 486, p. 4, nov.1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1889_00486.pdf

aniversário da Proclamação. Fora as formalidades de praxe, como os desfiles de tropa e o “embandeiramento” de prédios públicos e privados, segundo *O Mequetrefe*, não teria havido “a concurrencia extraordinaria do povo que sempre pressuroso acode a bater palmas aos grandes feitos da Patria”. Nessa linha, tampouco teria havido “commemoração digna do faustoso acontecimento de 15 de Novembro”, pois as antigas elites dirigentes, “depois de uma pequena operação de cazacas, hypocritamente postaram-se em defeza da Republica”. Agindo assim, implantaram “no regimen democratico a desmoralisação, herança única que elles herdaram da monarchia”, cumprindo extirpá-la. Por isso,

O povo brasileiro deve exultar de prazer neste dia em que no horisonte da Patria, surgiu brilhante o sol da liberdade.

Não obstante os boatos correrem cavilosamente, o povo não se furtou [completamente] de comparecer alegre e altivo aos actos festivos com que se procurou solemnizar o grande dia em que um punhado de brasileiros, sentindo a Patria agonizar entre as garras ferinas de um poder antescientifico, incompatível com a nossa propria dignidade a frente dos bravos defensores da nossa honra, libertou-a alvorando o glorioso estandarte da Republica por entre flores e sorrisos em lugar de lagrimas e saudades.

Que o dia 15 de Novembro, data que engrandece e abrilhanta as paginas da historia dos povos civilizados seja, hoje para nós um penhor sagrado – que elle repercute na posteridade despertando em todos o amor sagrado da Patria, é o aprendizado que devemos inocular no espirito candido da juventude, em vez dos preceitos perturbadores da paz, da ordem e do progresso, que são a garantia do nosso abençoado futuro. Em nome, pois, do *Mequetrefe*, viva o dia 15 de Novembro e a Republica Brasileira!⁷⁷

O trecho, sério e apaixonado, contrasta com os artigos tradicionalmente publicados pelo periódico. Faz uma espécie de exortação ao povo, despertando-o à existência de virtudes republicanas, únicas capazes de despertar o patriotismo entre a juventude ao serem inoculadas em seu espírito. A exaltação do amor patriótico, porém, não livrava *O Mequetrefe* de intervenções indesejáveis do poder federal. Se antes podia devotar-se com tranquilidade a fazer chacota do imperador, de sua família e do espaço público em geral, neste segundo momento, marcado pelas objeções a instituições e atores republicanos, sua liberdade de expressar e divulgar ideias passaria a ser restringida pelo poder público. Em edição do início de 1892, o redator manifesta preocupação em abordar assuntos de voltagem política mais intensa, justificando, assim, a pauta destituída de assuntos de destacado interesse político.

⁷⁷ *O Mequetrefe*, edição 557, p. 2, nov.1892. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1892_00557.pdf.

Apezar do tempo variável, ora sol, ora chuva, o *Mequetrefe* continua no gozo da mais perfeita saúde e da maior circulação da América Meridional. Sentimos apenas uma coisa: o perigo de abordar certos assuntos. E aqui está porque abordamos outros, mais livres, talvez, menos arriscados, porém. Os tempos não estão para graças. Hespanholadas, não é conosco. Quem tem... costas, tem medo. E quem fez este... jornal, não faz outro⁷⁸.

Embora se indique, metaforicamente, as inconstâncias dos humores (“ora sol, ora chuva”), de cujas variações dependiam as liberdades públicas, o editorial exterioriza, por um lado, a disposição de *O Mequetrefe* em continuar circulando. Por outro, o temor de seus redatores de sofrerem sanções impostas pelo novo regime. Sobrevivem, porém, sátiras e charges com alvos menos polêmicos. Na citada edição, por exemplo, comenta-se o surgimento de *O Figaro*, cujo maior defeito seria confiar suas notas políticas a Aristides Lobo, “o incompetente censor da imprensa, um mau gramático e um péssimo estilista”⁷⁹, cujo nome constava em uma das folhas da *figura 4*. Embora tivesse acusado o povo de assistir bestializado à Proclamação, não recusara elevados empregos públicos, como o de Ministro do Interior sob a presidência de Deodoro, concorrendo e elegendo-se, também, a outros cargos. A ser literal o atributo *incompetente censor da imprensa*, teria sido ainda censor, bestializando a opinião pública, impedindo que apreciasse livremente atos públicos e políticos. Talvez por isso fosse retratado como “O Navalha da Imprensa” na *figura 6*, em que representa também o republicano aristocrático, vestido com roupas burlescas e exageradas.

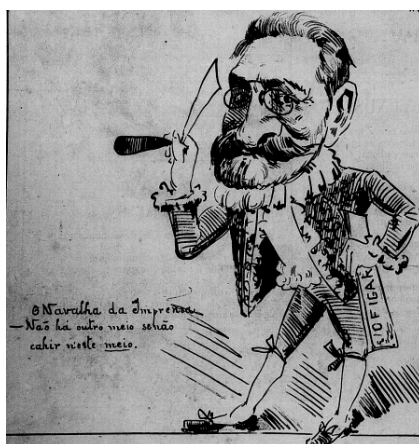


Figura 6
“O Navalha da Imprensa

⁷⁸ *O Mequetrefe*, edição 539, p. 2, fev.1892. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1891_00539.pdf

⁷⁹ *O Mequetrefe*, edição 539, p. 3, fev.1892. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1891_00539.pdf

De todo modo, se comparado aos exemplares circulantes no período monárquico, o contraste do tom e da ousadia impressos nas páginas do periódico por seus redatores durante os primeiros anos republicanos é significativo. Seria razoável considerar que, antes, a interferência governamental e o temor de represálias eram muito menores, senão praticamente nulos. Caracterizando-se, durante o Segundo Reinado, por apresentar “pouco respeito pelo governo”⁸¹, a postura posterior ao golpe de estado é no mínimo curiosa. Antes não se poupavam os defeitos do imperador, nem a herdeira constitucional e seu consorte; depois, reclama-se de desconforto e apreensão ao se tratar de certos assuntos, especialmente quando a abordagem beirava a grande política. Ironizava-se o colega de imprensa atuando como redator político junto a *O Figaro*. Ridicularizava-se o censor, o *Navalha da Imprensa*. O presidente, não.

Pouco mais de um mês após a Proclamação da República, com efeito, uma das principais preocupações de Deodoro foi impor, em 23 de dezembro de 1889, o decreto 85A, estabelecendo penas militares de sedição aos “indivíduos que conspirarem contra a República e o seu Governo, que aconselharem ou promoverem, *por palavras, escritos* ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar”. Detalhe interessante é ter sido assinado não apenas por representantes da classe militar, como o presidente, mas também por republicanos históricos ocupando cargos no governo recém-instaurado, entre os quais conhecidas figuras públicas como Rui Barbosa e o jornalista Quintino Bocaiúva⁸². Além do texto legal, registram-se prisões de redatores em diferentes Estados da Federação⁸³, e mesmo episódios de destruição de redações – da *Tribuna*, por ordem de Deodoro da Fonseca, em 29 de novembro de 1890⁸⁴, e do *Jornal do Brasil*, a mando de Floriano Peixoto, em 3 de setembro de 1893⁸⁵.

⁸⁰ *O Mequetrefe*, edição 539, p. 7, fev.1892. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1891_00539.pdf

⁸¹ LOPES, op. cit., p. 249.

⁸² MARTINS, Ana Luiza. Sob o signo da censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 174 (grifos nossos).

⁸³ Id., *ibid.*, p. 175.

⁸⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 254. Em protesto, a imprensa fluminense se reuniu na redação do *Jornal do Commercio* e publicou nota de repúdio, alertando que a “liberdade de exame e discussão” estava comprometida pelo assalto feito à *Tribuna*.

⁸⁵ Id., *ibid.*, p. 262.

Talvez fosse essa a razão pela qual ganharam cada vez mais espaço, em *O Mequetrefe*, temas de repercussão restrita à cidade ou à província do Rio de Janeiro, cujo caráter pontual evitava as grandes personagens. Na última edição do periódico, por exemplo, os assuntos de maior destaque eram as propostas de mudança da capital do Estado (causando revolta o favoritismo de Teresópolis)⁸⁶ e as medidas higienistas e antipopulares do então prefeito Barata Ribeiro – representado como um inseto⁸⁷ –, que havia restringido na cidade a venda de bebidas *nocivas á saude*, talvez as únicas acessíveis ao bolso da gente simples.

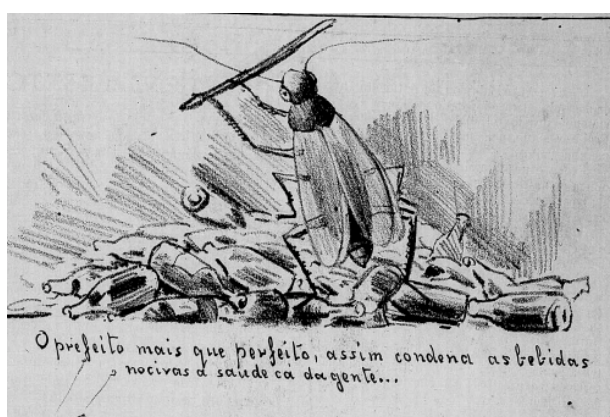


Figura 7

“O prefeito mais que perfeito, assim condena as bebidas nocivas á saude cá da gente...”

O periódico fecharia as portas em janeiro de 1893, depois de 18 anos em circulação. Sobrevivera com vigor hilariante por volta de quinze anos sob uma ordem constitucional considerada *antinatural* e da qual se declarava abertamente inimigo, inclusive representando suas mais altas figuras constitucionais em litografias situadas entre o cômico e o degradante. Pouco mais de três, em contraste, sob um regime por cuja causa trabalhara toda sua existência anterior. A ampla liberdade de expressar e fazer circular ideias, encarnando em opinião pública competitiva e fiscalizadora dos atos públicos, tendo sido joia

⁸⁶ “No estado do Rio agita-se a importantíssima questão da mudança da capital para a cidade de Theresopolis, sem que para isso expliquem os seus promotores a alta conveniência politica que possa motivar semelhante desatino”. *O Mequetrefe*, edição 560, p. 3, jan.1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1892_00560.pdf.

⁸⁷ *O Mequetrefe*, edição 560, p. 4-5, jan.1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1892_00560.pdf. Além disso, não se perdia nenhuma oportunidade de trocadilho com o nome do prefeito (como se vê na pág. 6 da mesma edição: “É fazer muito pouco no parlamento do municipio! Chuparam uma barata. (Sem allusão.)”).

na coroa da Monarquia Constitucional, não seria adorno no barrete frígido de nossa Primeira República, ao menos em seus primeiros anos.

Considerações finais

Atribui-se a Molière a afirmação de que “a missão da comédia é representar em geral todos os defeitos do homem, e, em particular, dos homens de nosso tempo”. O aforismo parece bastante adequado a demonstrar que, se por um lado o humor tem algo de perene – como a crítica política, seja quem estiver no poder –, também não deixa de vincular-se a seu momento histórico, não perdendo a oportunidade de satirizar questões consideradas relevantes em determinada comunidade, podendo a mensagem hilariante, por vezes, ser decodificada apenas por leitor e ouvinte inseridos em determinado horizonte de sentido.

A sátira política circulante em *O Mequetrefe* nos últimos anos do Império e nos primeiros da República, como se viu, ostenta esse duplo caráter. Se nas charges e crônicas se capta permanente insatisfação com os representantes, críticas a ministros agarrando-se a seus cargos e à falta de moralidade dos homens públicos, o caráter circunstancial do humor pode ser medido pelo engajamento antimonárquico e pela propaganda republicana, durante o Império, e pela oposição a homens e instituições públicas, nos primeiros anos da República, com todos os deslocamentos destacados entre as conjunturas políticas.

No primeiro caso, a situação político-econômica desfavorável, somada ao pouco cuidado que o imperador dava à imagem cultivada por décadas – preferindo investir capital simbólico na estratégia do monarca-cidadão –, e, ainda, à liberdade de imprensa então existente, permitiram o surgimento de opinião pública forte, competitiva e variada, na qual havia espaço inclusive à sátira do monarca e de sua família (destacando-se piadas sobre amantes, pernas e voz finas, erudição superficial, gastos da família real, herdeira inapta, genro avaro)⁸⁸.

A imprensa da época, de outra parte, não era isenta de críticas⁸⁹. Tampouco se pode dizer o mesmo de *O Mequetrefe*, em específico⁹⁰. Porém, da leitura deste artigo, surge

⁸⁸ SCHWARCZ, op. cit., p. 427.

⁸⁹ Nelson Werneck Sodré lembra que havia necessidade de peças teatrais passarem pela censura prévia do Conservatório e receber o visto da polícia, podendo ser proibidas caso atacassem as autoridades constituídas, desrespeitassem a religião ou ofendessem a moral pública (Ibid., p. 192-193). O mesmo autor cita a existência de jornalistas que eram pagos para falar bem do império, com a finalidade de contrapor-se às críticas

com destaque questão fundamental ao debate envolvendo discussão pública e humor político: a tolerância do Imperador e das instituições públicas, em geral, ao lidar com críticas mordazes, virulentas, pessoais e mesmo abusivas. Tanto mais fundamental ao diálogo contemporâneo quando, contrariando aquela compreensão linear da história como retrato da humanidade em evolução, observa-se que chefes de Estado e ordens constitucionais, várias décadas à frente, não tiveram (e não têm) a mesma disposição. Nosso barrete frígido e, também, nossos quepes militares carregam essa mancha, sendo já hora de escová-la a contrapelo.

FONTES

A Republica (PR), 1888.

Brazil. *A declaração da maioria de sua Magestade Imperial o Sr. D. Pedro II, desde o momento em que essa idéa foi aventada no corpo legislativo até o acto de sua realisação*. Rio de Janeiro: Typographia da Associação do Despertador, 1840.

Gazeta Paranaense, 1888.

O Mequetrefe, 1875, 1882, 1886, 1887, 1888, 1889, 1892, 1893.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGER, Jaime; CORREA, José Vicente Barbosa; SILVEIRA, Maria Eduina da. Sob as barbas do Imperador D. Pedro II: o prognatismo dos Habsburgos. *Revista Brasileira de Cirurgia Plástica*, v. 24, n. 2, p. 237-241, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/v24n2a18.pdf>.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

COTIAS E SILVA, Artur Adolfo. O Tribunal de Contas da União na história do Brasil: evolução histórica, política e administrativa (1890 - 1998). In: *Prêmio Serzedello Corrêa 1998: Monografias Vencedoras*. Brasília: Tribunal de Contas da União/Instituto Serzedello Corrêa, 1999. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2058954.PDF>.

FREITAS NOBRE. *Lei da informação*. São Paulo: Saraiva, 1968.

oposicionistas, como foi o caso de Justiniano José da Rocha, indignado por ter sido feito “laranja, de quem se aproveita o caldo, e deita-se fora a casca” (Id., *ibid.*, p. 182).

⁹⁰ A postura do jornal ora analisado não era isenta de críticas de setores da sociedade e de outros periódicos, como a *Gazeta de Notícias*, que o acusava de receber dinheiro para fazer propaganda republicana. Para a troca de farpas entre os jornais, cf. LOPES, Aristeu Elisandro Machado. O dia de amanhã: A República nas páginas do periódico ilustrado *O Mequetrefe*, 1875-1889. *História*, São Paulo, v.30, n. 2, ago./dez. 2011, p. 239-265.

GUIZOT, François. *De la démocratie en France*. Paris: Victor Masson, 1849.

LOBO, Judá Leão; PEREIRA, Luís Fernando Lopes. A imprensa do Segundo Reinado no processo político-constitucional: força moral e opinião pública. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, vol. 59, n. 1, jan./abr. 2014, p. 179-206.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. O dia de amanhã: A República nas páginas do periódico ilustrado *O Mequetrefe*, 1875-1889. *História*, São Paulo, v.30, n. 2, ago/dez 2011, p. 239-265.

MACHADO DE ASSIS. *O alienista*. 2. ed. São Paulo: Núcleo, 2010.

MARTINO, Agnaldo; SAPATERRA, Ana Paula. A censura no Brasil do século XVI ao século XIX. *Estudos linguísticos*, São Paulo, n. 25, 2006, p. 234-243.

MARTINS, Ana Luiza. Sob o signo da censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

MIRANDA, Darcy de Arruda. *Dos abusos da liberdade de imprensa*. São Paulo: RT, 1959.

NUNES, Tassia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SABA, Roberto Nicolas Puzzo Ferreira. *As vozes da nação: a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

URUGUAI, Visconde do. *Ensaio sobre direito administrativo*. In: *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

Endereços eletrônicos

<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/mequetrefe/709670>

<http://fenai.org.br/2013/08/23/no-imperio-a-imprensa-e-livre/>.